



Revista

El Periplo Sustentable

Universidad Autónoma del
Estado de México

<http://rperiplo.uaemex.mx/>

ISSN: 1870-9036

Publicação Semestral

Número: 29

Julho / dezembro 2015

Artigo

Título

Rural, ruralidade e turismo:
noções e práticas
contemporâneas

Autores:

Thiago Duarte Pimentel
Mariana Pereira Chaves
Pimentel

Recepção Data:

08/Enero/2015

Voltar Data:

09/Abril/2015

Aceitação Data:

18/Junio/2015

Páginas:

120 - 143

RURAL, RURALIDADE

e turismo: noções e práticas contemporâneas

Resumo

Recentemente, o turismo tem sido assumido pelo governo brasileiro como alternativa ao desenvolvimento rural. Contudo, a discussão sobre o rural e o urbano no Brasil está associada ao processo histórico de formação da nação, no qual as atividades agropecuárias definiram as formas de uso dos recursos naturais. As atividades econômicas articularam espaços e relações, representam assim importante base para a formação da sociedade brasileira. Os sistemas produtivos não são apenas atividades econômicas, mas mantêm laços tradicionais e culturais. Dessa forma, os espaços rural e urbano assumem particularidades físicas, produtivas e sociais distintas. Contudo, transformações econômicas e sociais, frutos de seu tempo, alteram essas características. Nesse contexto, especialmente no que toca às distintas correntes teóricas sobre o “rural” no cenário contemporâneo, este ensaio teórico tem o objetivo de discutir a introdução do turismo, enquanto prática social e econômica no ambiente rural e explorar em que medida e sob que aspectos o discurso do turismo rural (e seus afins) pode, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento territorial, rural e regional. Apresenta-se um panorama sobre a conceituação do rural e da ruralidade. Em seguida, caracteriza-se a introdução do turismo neste espaço e analisa-se como tal atividade provoca alterações no mesmo. Concluindo, são apontadas limitações do atual discurso sobre turismo no espaço rural, sugerindo uma contextualização mais efetiva, tanto do “turismo” quanto do “rural”, capaz de especificar concretamente as possibilidades de contribuição mútua entre ambos, visando o desenvolvimento.

Palavras-chave

Rural, ruralidade, desenvolvimento rural, turismo.

RURAL, RURALIDAD

y turismo: nociones y prácticas contemporáneas

Resumen

Recientemente, el turismo ha sido asumido por el gobierno brasileño como una alternativa al desarrollo rural. Sin embargo, la discusión sobre el rural y el urbano en Brasil se asocia con la historia de la formación de la nación. Las actividades agrícolas definieron formas de uso de los recursos naturales. Las actividades económicas articularon los espacios y las relaciones, así que representan una base importante para la formación de la sociedad brasileña. Los sistemas de producción no son sólo las actividades económicas, pero mantienen vínculos tradicionales y culturales. Así, las áreas rurales y urbanas asumen particularidades físicas, productivas y sociales distintas. Sin embargo, las transformaciones económicas y sociales de su tiempo, cambian estas características. En este contexto, especialmente en relación con las diferentes perspectivas teóricas sobre el “rural” en el entorno contemporáneo, este ensayo teórico tiene como objetivo discutir la introducción del turismo como práctica social y económica en el medio rural y explorar en qué medida y de qué manera el discurso del turismo rural (y sus afines), en realidad, puede contribuir al desarrollo rural y regional. Se presenta un resumen sobre la conceptualización del rural y la ruralidad. A continuación, se caracteriza la introducción del turismo en este espacio y analizamos cómo las modalidades de dicha actividad provocan cambios en el mismo. En conclusión, son señaladas las limitaciones del discurso actual sobre el turismo en las zonas rurales, lo que sugiere una contextualización más efectiva tanto del “turismo” como del “rural”, capaces de especificar con precisión el alcance de la asistencia mutua entre ellos, buscando el desarrollo.

Palabras clave

Rural, ruralidade, desarrollo rural, turismo.



Revista

El Periplo Sustentable

Universidad Autónoma
del Estado
de México

<http://rperiplo.uaemex.mx/>

ISSN: 1870-9036

Publicación Semestral

Número: 29

Julio / Diciembre 2015

Artículo

Título:

Rural, ruralidad y turismo:
nociones y prácticas
contemporáneas

Autores:

Thiago Duarte Pimentel
Mariana Pereira Chaves
Pimentel

Fecha Recepción:

Enero/08/2015

Fecha Reenvío:

Abril/09/2015

Fecha Aceptación:

Junio/18/2015

Páginas:

120 - 143

De los AUTORES

Thiago Duarte Pimentel

Universidade Federal de Juiz de Fora Minas Gerais, Brasil. Professor e pesquisador junto a Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela UFJF. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Bacharel em Turismo (Ênf. Planejamento Integrado) pela UFMG. Líder do grupo de pesquisa Conhecimento, Organização e Turismo/COGITO (CNPq/UFJF) e pesquisador dos grupos de pesquisa: Teorização do Planejamento Territorial do Turismo (USP), Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) e do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG).

Mariana Pereira Chaves Pimentel

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Brasil
Professora assistente do núcleo de Ciências Sociais Aplicadas do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Ciência Política como linha de pesquisa.

Introdução

A discussão sobre o rural e o urbano, no Brasil, está associada ao processo histórico de formação da nação. Do cone sul ao Canadá, a história dos povos americanos explica-se pela aplicação de diferentes formas de exploração agrária. Tais formas deram origem, por sua vez, a modos diversos de integração das nações à civilização industrial, por aceleração produtiva ou atualização histórica (Ribeiro, 1979).

Nesse período, as atividades agropecuárias definiram as formas de uso dos recursos naturais, as atividades econômicas, articularam espaços e relações sociais e políticas, por isso, representam importante base para a formação da sociedade brasileira (Freyre, 1933; Perico & Ribeiro, 2005).

Os sistemas produtivos não são, então, apenas atividades econômicas, mas têm laços com a tradição, ideologia, crenças e cultura. Sendo assim, os espaços rural e urbano, assumem particularidades físicas, produtivas, históricas, sociais e culturais que os distinguem entre si. Contudo, essas características não são estáticas, pois, são alteradas por transformações econômicas e sociais frutos de seu tempo.

Atualmente o turismo, atividade em voga no cenário internacional e nacional, tem sido colocado como uma panaceia capaz de dar conta de todos os males econômicos, sociais, ambientais, etc. (Pimentel, Chaves, Machado & Pereira, 2008a; 2008b; Chaves & Pimentel, 2008; Pimentel & Pimentel, 2011), sendo mobilizado progressivamente a fim de ampliar seu raio de ação, incorporando virtualmente todas as pessoas e os espaços, seja como consumidores ou produtores, seja como lócus de aplicação do turismo, respectivamente. Porém, muito pouco dessa pretensa capacidade tem sido demonstrada efetivamente no plano empírico, restando o turismo frequentemente como uma ideologia de consumo (Ouriques, 2005) a serviço do sistema capitalista.

É justamente no sentido de discutir tais questões e aparar algumas arestas, que se posiciona este ensaio teórico – seguindo a forma de uma análise



propedêutica sobre o tema, e que, por isso mesmo, também carece de aplicação e verificação empírica – pauta-se pelo objetivo de discutir a introdução do turismo, enquanto prática social e econômica, no ambiente rural e explorar em que medida e sob que aspectos o discurso do turismo rural (e seus afins) pode, de fato, contribuir para o desenvolvimento territorial, rural e regional.

A intenção última é delinear aqui uma primeira aproximação, como condição necessária, embora não suficiente, para o estudo e aplicação do turismo no contexto rural de forma efetiva, real e cientificamente orientada, eliminando assim, tanto quanto possível, os vieses de sua contaminação ideológica e do senso comum que turvam a sua concreta – e bem mais humilde do que se pretende – contribuição para os espaços em que é aplicado.

Após a revisão levada a cabo, embasada por uma orientação sociológica, onde analisam-se não só as distintas formas de “rural” e “ruralidade”, evidencia-se como o turismo, e mais especificamente seus tipos, se insere nos espaços rurais e em que medida é efetivamente capaz (ou não) de trazer alguma contribuição (e que contribuições) para tais espaços, e vice-versa, i.e., qual a contribuição dos espaços rurais para se pensar o próprio turismo; já que toma-se como premissa subjacente o fato de que a espacialidade é condição necessária para a construção da identidade e ambos, espaço e identidade, estão entrelaçados de modo inseparável (Pimentel, 2008; Pimentel & Carrieri, 2011; Bhaskar, 2008).

No intuito de conduzir a argumentação aqui proposta, este texto está organizado em quatro seções, para além desta introdução que expõe a natureza e contextualização da problemática, bem como os objetivos e fins almejados. Em seguida, nas próximas duas seções, discutem-se as noções de rural e ruralidade no Brasil contemporâneo, através de suas diferentes perspectivas, no intuito de evidenciar não só a distinção e as nuances sobre o próprio conceito de “rural”, mas também a necessidade de qualificar este termo a fim de se dotá-lo de um sentido mais preciso, quando o mesmo é operado cientificamente. Após essa operação (necessária) de qualificação, se traz à baila a discussão do turismo, em suas diferentes formas, aplicada ao contexto “rural” (qualificado), especificando as condições, os sentidos e as formas de sua efetiva vinculação a este espaço. Por fim, conclui-se apontando limitações do atual discurso sobre turismo no espaço rural e sugere-se uma contextualização mais efetiva, tanto do “turismo” quanto do “rural”, capaz de fornecer uma especificação concreta para as possibilidades de contribuição mútua entre ambos, visando o desenvolvimento.



O RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Rural(is): ausência de consenso e especificação necessária

Ao longo de muitas décadas vários estudiosos dedicaram-se a tentar conceituar e caracterizar o espaço rural e o espaço urbano. Abordar a evolução desses conceitos é fundamental para se entender como surge a noção de ruralidade. Três correntes predominam no pensamento social brasileiro sobre o tema: a) o *fim do rural* e a hegemonização do capital; b) as *novas ruralidades*, via a contínua dualidade campo-cidade; c) a da *economia espacial local* via o “apagamento” da distinção rural-urbano e a transferência da discussão para uma nova base: a ideia de “região”.¹

Tradicionalmente, para realizar a distinção rural-urbano, têm se empregado diversas acepções ligadas a considerações demográficas ou produtivas (Monte-Mór, 2005; 2007). As primeiras estabelecem o âmbito rural como as áreas de assentamentos humanos dispersos ou de baixa concentração populacional. Apesar das divergências, generalizou-se a consideração do rural como espaços com população dispersa ou localizada em concentração não maior que 2.500 habitantes. As acepções de ordem produtiva definem o rural a partir da base econômica, estabelecendo o rural como espaços que dependem de atividades primárias.

Porém, o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural”, que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades cultural e socialmente distintas. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

Esse processo de mudança do espaço rural brasileiro tem início no século XX. Na primeira metade do século, o país se vê diante da crise do café, então base da economia nacional, e

¹ Para uma aproximação direta e original do termo cf. La Blache, V. (1883). *La terre, géographie physique et économique*, Paris, Delagrave; La Blache, V. (1903). *Tableau de la Géographie de la France*. Paris, Hachette. Para uma crítica a noção de região elaborada por este autor, cf. Lacoste, Yves (1988). *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. (Trad. Maria Cecília França) (14^a ed.) Campinas, SP: Papirus.



opta por recorrer ao modelo de substituição de importações. Tem início a industrialização brasileira. Como desdobramento desse processo, a industrialização atinge o campo. Como consequência, grande parte dos trabalhadores rurais é substituída por novos equipamentos e técnicas, deixando o campo em direção às cidades e à indústria então crescente, e o campo é paulatinamente esvaziado (Monte-Mór, 2005; 2007; Santos, Valentini, Scherer, Thomé-Ortiz & Spindler, 2014).

Diante desse cenário, uma *primeira* corrente de pensamento acerca das dinâmicas do mundo rural nas sociedades contemporâneas parte da premissa de que o fim do camponês representa a eliminação do rural. O fim do rural pressupõe a extinção desse modo de vida pela mecanização, especialização e profissionalização da atividade agrícola. A diminuição da população agrícola, como consequência da implementação hegemônica do modelo produtivista, estaria diretamente relacionada ao processo de urbanização das localidades rurais, entendido aqui como a generalização do padrão de vida urbano, o que atestaria o fim da especificidade que até então distinguiu o rural do urbano. A urbanização seria, nesses termos, uma decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade (Sorokin, Zimmerman & Galpin, 1981).

No entanto, as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm introduzido novos ingredientes ao debate, dando margem à formulação de outras correntes interpretativas. No Brasil, ainda que mais de dois terços da população estejam contabilizados como “urbana” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2000), a maioria dos habitantes dos pequenos municípios está nas áreas rurais. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados pelo IBGE (2000), a população rural brasileira vem aumentando a partir da segunda metade da década de 90, recuperando uma taxa de crescimento anual (1,1% ao ano) muito próxima do crescimento da população total no mesmo período (1,3% ao ano), apesar das diferenças entre regiões do país. Em São Paulo observa-se uma maior revitalização do mundo rural, ao passo que na região Sul o movimento de esvaziamento do campo ainda é predominante. Mas o interessante é que esse movimento de retração do êxodo rural é acompanhado pelo declínio da população ocupada na agricultura e pelo crescimento expressivo das ocupações não-agrícolas, que, segundo os dados da PNAD, passam a crescer a uma taxa anual de 6,1%, no período 1996-1999.

À diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas, Schneider (2003) denomina pluriatividade. Tais atividades podem ser entendidas como aquelas que representam alternativas econômicas complementares à formação da renda da família nas



quais o trabalho agrícola encontra-se incluído, podendo não ser, no entanto, a mais importante. Dentre essas atividades destacam-se as festas, a gastronomia e o turismo.

Não se identifica, conforme fora previsto pela primeira vertente de análise, à modernização do “rural” nos padrões da cidade, mas à constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais, que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

É nessa direção que podemos reconhecer a *segunda* corrente de pensamento sustentada na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais, contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade engendrando novas ruralidades² (Wanderley, 2000).

Para essa segunda corrente, a revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas. Tal fenômeno, denominado de “renascimento rural” (Kayser, 1990), nega tanto o fim do mundo rural como da dualidade,³ ambos

² Historicamente, a categoria “ruralidade” – no Brasil, muito popularizada nos anos 1970 – assenta-se sobre um pressuposto de referência opositiva ao que foi definido como urbano e implicitamente, de forma subordinada a ele (Martins, 1978). Ela surge com o propósito de expressar uma configuração identitária especificamente, a partir de práticas e representações sociais ligadas ao universo rural. Ela pode ser definida “[...] desde um ponto de vista funcional, sob o qual os territórios rurais se qualificam como espaços nos quais coexistem e se integram funções econômicas (produção agrícola, artesanato, turismo e lazer, entre outras), ambientais (preservação de recursos naturais, como água e solo, proteção da biodiversidade) e socioculturais (conservação e desenvolvimento de características socioculturais de comunidades locais)” (Locatel, 2004:12). Na América Latina, nos anos 1990, tal categoria é atualizada, sob a alcunha de “novas ruralidades”, onde passariam a “[...] ampliar a visão do campo do agrário ao rural, ao enfatizar a multifuncionalidade dos espaços rurais devido a crescente importância das atividades não agrárias e devido a mais fluida e intensa interrelação entre o rural e o urbano e o local com o global, e [também por] sublinhar as mudanças significativas nos padrões culturais e de vida rurais” (Kay, 2007: 32 – tradução livre).

³ Tal relação, segundo Baudel Wanderley (2001), para a ser vista como um *continuum*, onde distintas gradações, segundo o grau em que são mesclados elementos históricos, espaciais, indenitários e simbólicos – entre outros – determinarão sua localização nele.



previstos pelo modelo da modernização homogeneizadora, mas permanece a ideia de que se estaria observando uma aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana.

Cabe destacar que, apesar das constatações sobre os novos rumos das mudanças que vêm ocorrendo no mundo rural, a atividade agrícola ainda é tomada como referência para qualificar “o espaço rural”, seja para afirmar o seu fim (Mendras, 1976), seja para definir os seus novos parâmetros dentro da sua especificidade. A figura do agricultor ainda permanece emblemática na representação do campo no imaginário dos pesquisadores, e também no dos habitantes da cidade e dos neo-rurais.

Sobre esta questão, e considerando a atualização teórica e prática dada a ruralidade pelo conceito das novas ruralidades, Wanderley (2000) levanta uma reflexão: até que ponto se pode pensar uma sociedade com produção agrícola sem agricultores? Para a autora, nas sociedades rurais tradicionais:

[...] o personagem principal deste mundo rural é o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros personagens, como os artesãos e toda a gama de “mediadores”, convivem com os camponeses, assegurando, através de uma certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros têm como referência identitária a própria comunidade rural. Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural (Wanderley, 2000, s/p).

Já nas sociedades contemporâneas, segundo a mesma autora, há um deslocamento semântico e prático dos atributos indenitários desta figura, para incorporar as noções de polivalência e pluriatividade, gerando a figura dos agricultores territoriais, que segundo Coulomb⁴ (1991 *apud* Wanderley, 2000, s/p) se referiria “aos “agricultores territoriais”, isto é, aqueles “cuja utilidade social não é medida pelo valor de sua produção” mas pela reconquista dos territórios, função anteriormente abandonada em razão da concentração/intensificação da produção agrícola”.

⁴ Coulomb, Pierre. *Du secteur au territoire; vers un nouveau modèle socio-politique*. Pour, Paris: (130/131): 21-28, sept. 1991 (Agriculture, Ruralité, Société).



Uma *terceira* corrente sustenta o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. Com base principalmente em estudos da sociedade italiana, em que nunca teria ocorrido uma clara identificação entre agricultura e dispersão populacional, nega-se o sentido dessa distinção e propõe-se uma abordagem com base espacial na economia local ou regional-, mas em que permitiria perceber a heterogeneidade sociocultural na continuidade territorial.

A ênfase aqui recai sobre a negação de sentido não só da dualidade rural-urbano, mas também à sua similar, ou seja, agricultura *versus* indústria (Sarraceno, 1994). Sarraceno (1994) sustenta seu argumento, principalmente, em dois fatores. Primeiramente, chama a atenção para a recuperação do dinamismo de algumas áreas rurais e o declínio de certas áreas urbanas tanto em países de desenvolvimento mais antigo, como a França, por exemplo, quanto nos que passaram por esse processo mais recentemente, como é o caso da Itália. Esse modelo clássico de industrialização e de urbanização não seria mais válido para a realidade atual, o que esvazia de sentido explicativo o binômio urbano-rural.

O segundo fator enfatizado pela autora se refere ao uso recorrente à existência da atividade agrícola como definidora dos espaços rurais. Com o processo de modernização da agricultura e da sociedade, ocorre uma diminuição dos postos de trabalho na agricultura e uma ampliação das atividades não-agrícolas em territórios rurais.

Em síntese, por considerar ruralidade uma categoria analítica que pressupõe uma homogeneidade dos territórios, que os distingue dos urbanos, por considerar também que os critérios de definição tanto dos limites como dos indicadores da ruralidade não são claramente definidos e reconhecendo a heterogeneidade crescente dos espaços rurais, Sarraceno argumenta a favor de uma abordagem sustentada na noção de economias “locais” ou “regionais”, para descrever e interpretar os processos reais de diferenciação espacial.

Assim, em suma, ao comparar-se as três perspectivas pode-se observar que há uma diferenciação em termos das bases mobilizadas para suportarem os argumentos sobre os quais se desenvolvem a crítica e a defesa de cada corrente, pois enquanto a primeira centra sua análise na figura do camponês enquanto ator social privilegiado e responsável, em maior grau, pela dinâmica das atividades que caracterizariam o espaço rural; a segunda foca sua atenção no



modo de produção rural, deslocando, portanto a análise do nível micro (ator) para o macro (sistema), cujas características estruturais seriam responsáveis pela produção do “rural”. Já a terceira corrente, por sua vez, opta pela abertura de uma via que evita o debate em si, nos termos e categorias em que ele é colocado inicialmente, e propõe, ao invés disso, a sua releitura a partir de outros termos, notadamente na ideia de região, onde não haveria uma distinção específica e clara dos espaços rural e urbano, a priori.

Quadro 1. Síntese comparativa entre as três principais abordagens sobre o rural e ruralidade.

Perspectivas	Tese central	Ator	Sistema	Espaço
<i>Fim do rural</i>	Fim do mundo rural e a hegemonização do capital e mudança das relações produtivas, rumo a industrialização do campo.	O fim do camponês representaria a eliminação do rural. É dado pela mecanização progressiva, redução de postos de trabalho e moradias no campo.	O fim do rural pressupõe a extinção desse modo de vida pela mecanização, especialização e profissionalização da atividade agrícola.	Redução demográfica da população rural e urbanização progressiva do espaço rural.
<i>Novas ruralidades</i>	Permanência via contínua atualização da dualidade campo-cidade e das diferenças espaciais e sociais gerando novas ruralidades.	A figura do agricultor ainda permanece emblemática na representação do campo e no imaginário das pessoas.	A redução ou apagamento parcial das fronteiras entre rural e urbano amplia o sistema e exige uma nova diferenciação interna que passa a ser dada pelas novas práticas e novas identidades sociais que emergem.	Redução das distancias e apagamento parcial das fronteiras entre rural e urbano, devido ao crescente dinamismo das áreas rurais pela incorporação de novas atividades, não tradicionalmente ligadas ao campo.

Continúa...



Perspectivas	Tese central	Ator	Sistema	Espaço
<i>Economia espacial local</i>	Fim da dicotomia rural-urbano / economia territorial via o “apagamento” quase completo da distinção rural-urbano e a transferência da discussão para uma nova base, que faria mais sentido: a ideia de “região”.	Ao invés do ator social o principal elemento desta concepção passar a ser o território, o qual pode ser apropriado de formas distintas pelos atores sociais, implicando em configurações produtivas e identitárias específicas.	Propõe-se uma abordagem com base espacial na economia local ou regional –, mas em que permitiria perceber a heterogeneidade sociocultural na continuidade territorial.	Deslocamento da discussão para o conceito de região e suas formas de apropriação e uso – território.

Fonte: elaboração própria.

Assim, como três leituras diferentes e particulares de um mesmo fenômeno, observa-se que cada uma pode estar parcialmente correta, sob seu ponto de vista, mas, por outro lado todas estão, necessariamente, parcialmente incorretas, já que focam apenas e seletivamente uma faceta do problema, respectivamente: o ator, o sistema e o espaço.

Deste modo, a tentação de uma resposta fácil seria optar pela integração de todas as correntes, mas isso não é tarefa simples e, mesmo que seja possível, não é tarefa do presente trabalho. Portanto, pretende-se, por ora, indicar a necessidade e possibilidade de retomar esta discussão em outro momento, por quaisquer pesquisadores, e sugere-se a possibilidade de retrabalhar a questão segundo as premissas da teoria social realista, cujo potencial explicativo almejado é uma teoria integral das ciências sociais e, portanto, opera justamente na interface de integração dos domínios micro, meso e macro, a partir dos conceitos de estratificação e emergência.⁵

⁵ A esse respeito cf. Bhaskar (1998[1979]). No Brasil, Vandenberghe (2010); Pimentel (2012). O uso do realismo crítico para a integração de perspectiva em uma lógica estratificada é, no entanto, tarefa que extrapola os objetivos deste *paper*, sendo considerada oportuna para outro momento.



A(s) ruralidade(s) como especificação do “rural”

Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido, não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

Corroborando esta posição, Carneiro (1998 *apud* Candiottto & Corrêa, 2008) defende que a ruralidade não é definida como oposição a urbanidade, como um processo dinâmico em constante reestruturação de valores locais, hábitos e técnicas, incorporados a partir da relação entre campo e cidade.

Segundo Moreira (2005) *apud* Candiottto e Corrêa (2008: 233), “as ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais”. A ruralidade se define, então, como esse ambiente em construção, durante gerações, pela atividade agropecuária (Perico & Ribeiro, 1995).

Sendo assim, o espaço rural é lugar de confluência de distintas atividades, interesses e atores que estabelecem entre si relações sociais variadas, os quais passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local. Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – agricultura *versus* outras atividades; eficiência econômica *versus* preservação ambiental; espaço produtivo *versus* espaço de lazer; produção *versus* consumo etc.

O turismo é uma das atividades assimiladas pelos espaços rurais capaz de mobilizar todos esses tipos de confrontos. Ainda assim, tem sido assumido pelo governo brasileiro como uma alternativa para o desenvolvimento rural. A título de exemplo sobre este tema Santos *et al.*, (2014) apresentam um estudo de caso recente sobre o papel do turismo na reestruturação produtiva das propriedades rurais de São José dos Ausentes, na região Sul do país. Também utilizando como objeto a região Sul do Brasil Santos, Vianna & Gullo (2012) analisam o papel



do agroturismo como gerador de renda em propriedades rurais no período de 1997 a 2011. Ainda assim, no universo externo a realidade brasileira outros estudos poder ser representativos da atual relevância dispensada ao turismo rural como uma alternativa para impulsionar o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais. Este é o caso de González, Arroyo & Moreno (2015), que apresentam uma tentativa de validação de aspectos fundamentais para o estabelecimento de produtos turísticos rurais sustentáveis.

Igualmente, considerando a importância do turismo rural (turismo de aldeia) na China, Xi, Wang, Kong & Zhang (2015) analisam a evolução da morfologia espacial dos assentamentos rurais induzidas pela atividade turística em três aldeias chinesas. Assim sugerem a emergência de um padrão de “centro-periferia” relacionado à evolução espacial dos assentamentos rurais, de forma que quanto mais próximo do centro maior é o grau de intensidade do uso da terra da aldeia e de um turismo mais maduro, bem como maior é a mudança na paisagem. Em outra linha de investigação Silva e Leal (2015) observam a relação entre o turismo rural e a identidade nacional na região sudeste da Europa.

Surgem, então, alguns questionamentos: o turismo pode contribuir para o desenvolvimento rural? Quais os tipos de turismo rural devem ser considerados para tal? Como enfrentar a adequação dos instrumentos de gestão pública do turismo no meio rural? E mesmo, anterior e pressuposto a todos eles: haveria interesse dos camponeses, agricultores ou agricultores territoriais em incorporar este tipo de atividade em sua matriz produtiva?⁶

Ruralidade e Turismo

Associado ao fenômeno da industrialização e urbanização, o século XX assiste ao grande crescimento do turismo mundial. Como reflexo do crescimento econômico, do desenvolvimen-

⁶ Sobre esse aspecto, Candiotti (2013) considera que a exacerbação da potencialidade do uso do turismo como atividade complementar, baixo uma lógica de pluriatividade funcional na propriedade agrícola, e a consideração acrítica desta opção sem levar em conta sua viabilidade, o interesse a capacidade adaptativa do empreendimento tendem a sobrevalorizar esta opção, o que não se verifica na prática; gerando assim um gap entre expectativas e realizações. Na mesma linha de raciocínio Gazolla e Schneider (2013) apontam que as tão propaladas alternativas a agricultura familiar esquecem, muitas vezes, dos problemas de operacionalização que inviabilizam a sua realização efetiva, ficando assim no plano do discurso.



to dos transportes e das comunicações, o turismo apresenta-se como alternativa ao tempo livre institucionalizado pela institucionalização do tempo de trabalho (Dumazedier, 2008).

A sociedade fundada no ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos centros urbanos. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, em que o ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de descanso e lazer. É neste sentido que o ambiente rural passa a ser lócus do turismo.

Atualmente, no mundo globalizado, o turismo apresenta-se sob inúmeras modalidades e diversas condições, em diversas escalas. Neste sentido, ao buscar associar o turismo ao espaço rural contemporaneamente, é necessário atentar para as muitas perspectivas possíveis.

Não existe um consenso teórico-conceitual sobre o que vem a ser definido como “Turismo Rural”, seja como segmento, modalidade ou tipo de turismo. O turismo rural é recorrentemente tratado pelas terminologias: Agroturismo, Turismo no Espaço Rural, Ecoturismo, Turismo de Interior, Alternativo, Endógeno, Verde, Campestre, Ecoagroturismo. De acordo com Calvente (2004: 13), “[...] inúmeras questões são suscitadas quando é necessária a delimitação teórica e metodológica do Turismo Rural, como no caso de implementação de políticas públicas a respeito. A noção ainda está adquirindo significados em seu processo de construção, passando por intersubjetividades diversas.

Contudo, essas imprecisões têm implicações sobre as possibilidades e obstáculos concernentes às formas de (in)compreensão e (in)ação sobre a realidade. Vale então buscarmos aproximações a um conceito que conceba a complexidade do ambiente rural contemporâneo.

Neste sentido, Lousada (2007: 62) apresenta as definições de alguns autores:

Atividade turística realizada em áreas rurais, composta por uma oferta integrada para o tempo livre, dirigida a uma demanda cuja motivação é o contato com o ambiente rural e que tem uma inter-relação com a sociedade local. Sugere, portanto, uma relação entre o Turismo Rural e o endógeno (García, 1995).



Uma atividade que se realiza no mundo rural, composta por uma oferta integrada de ócio dirigida a pessoas interessadas pelo entorno autóctone, pelas atividades rurais e que tenham uma inter-relação com a sociedade local (Zarga, 2001).

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (Ministério do Turismo, 2003).

Lousada (2007) sistematiza alguns critérios para a caracterização do Turismo Rural. Assim, segundo os autores citados, as definições que transpareceram maior consenso entre os autores são: *Condicionado à localização em meio rural, Valorização da cultura rural e Turismo de base local*. Tal informação permite interpretar que, para a maioria daqueles autores, o Turismo Rural não é um segmento exclusivo do espaço agrário, mas que se desenvolve no meio rural. Conforme esta autora, considerar o agrário como o rural seria um posicionamento teórico reducionista, obsoleto perante a realidade atual, visto que o espaço agrário está contido no rural e representa apenas uma fração deste, caracterizada pela análise da relação do homem com a terra, a forma dos campos, sistemas de cultura e divisão da propriedade.⁷

É relevante observar que, em âmbito geral, no histórico dos documentos técnicos de gestão pública do Turismo Rural no país – e na recente literatura turística – vem sendo recursiva a defesa de um discurso positivo frente às relações de causa e efeito no tocante ao universo das atividades desse segmento como vetor de Desenvolvimento Rural Local.

Esse discurso tem apresentado o segmento do Turismo Rural como um vetor de desenvolvimento capaz de gerar, quase que naturalmente, benefícios imensuráveis para o meio rural de escala local, e entre esses benefícios aludidos estão comumente: a geração de emprego e renda para os espaços rurais, o combate ao êxodo rural, à formação de redes socioeconômicas, o estímulo de práticas associativistas, o resgate e valorização do patrimônio cultural e

⁷ Como pontos de um *continuum* podemos ainda identificar, em estado intermediário, o espaço agrícola, que se preocupa com o aspecto produtivo e o conjunto de meios e técnicas utilizadas para isso; para tanto de vale de uma análise predominantemente quantitativa. No outro polo está o espaço rural, que engloba tudo o que se relaciona ao universo do campo e para isso se dedica ao estudo tanto dos elementos físicos quanto humanos do espaço, da paisagem e do território (Santos, 1953).



natural, a melhoria da qualidade de vida da população local, a formação de circuitos turísticos, a diversificação da oferta turística, entre outros.

A partir do final da década de 1990, esses aspectos positivos do Turismo Rural no Brasil foram amplamente difundidos, fazendo com que um significativo número de empreendedores investisse nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário. Conseqüentemente, aspectos negativos de sua implantação também começaram a se manifestar, relacionados, de modo geral, à “sobrecarga da estrutura rural pelo número elevado de visitantes e de veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade” (IPEA, 2001).

Desse modo, acenar para tal segmento turístico como uma espécie de panaceia dos problemas que perpassam a complexa realidade do meio rural brasileiro tem cedido vez, ainda que lentamente, a reflexões sobre qual é a profícua contribuição dessa atividade turística para o desenvolvimento do “mundo rural” no país, haja vista a inclusão da dimensão local como mais um desafio.

Outros desafios podem ser ainda mencionados quanto à gestão da atividade turística em meio rural. Inicialmente, tratando-se dos programas nacionais específicos de política pública para o Turismo Rural, lamentavelmente o que se percebe é um claro enfoque mercadológico, econômico, quanto às perspectivas de desenvolvimento desse tipo de turismo (Ministério do Turismo, 2003).

Ainda, vale lembrar que a busca da natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em um bem de consumo pode alterar o ritmo de vida local. Pequenas pousadas são construídas e tendem a substituir, em grau de interesse e em rendimento, a unidade de produção agrícola que nela funcionava. A agricultura, nesses casos, passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para a manutenção da família e dos hóspedes, e um bem de consumo ao garantir o “clima rural” almejado pelos turistas.

Como outro desafio, ressaltamos que o desenvolvimento local tem mais chances quanto mais se apoiar na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos da região. Conforme Durston (1998) normas culturais de identidade, confiança, reciprocidade



e comportamentos associados a estes elementos culturais, constroem capital social. Maiores serão os desafios, quanto mais dispersas e desarticuladas forem essas redes.

Mas vale mencionar algumas alternativas diante de tal quadro. Primeiramente, salientar que a necessidade de planejamento adequado das experiências de turismo rural, como conhecidas na realidade europeia há algumas décadas, pode transformar o “campo” – como categoria genérica – em um lugar de vida, mais que um espaço de produção agrícola (Mendras, 1959; 1976), o que pode contribuir para a formulação de abordagens críticas à visão dualista, que opunha o “rural” ao “urbano” como duas realidades empiricamente distintas e normalmente definidas uma em negação da outra, com base em critérios meramente descritivos informados pelo paradigma que associa o “rural” ao agrícola e ao “atrasado”; e o “urbano” ao industrial e ao “moderno”.

Outra alternativa é vincular às atividades turísticas a oferta integrada dos recursos do mundo rural. Esse posicionamento é fundamental enquanto estabelecimento de princípios para o Turismo Rural. A partir dele, potencialmente, poderá ser trabalhada a importância dos recursos locais e desses como diferenciais socioculturais, ambientais, econômicos, traduzidos no planejamento das atividades turísticas a serem ofertadas. O Turismo Rural depende da estruturação de vivências, experimentações, atividades interativas que permitam a troca de informação, conhecimento e emoções entre visitante, visitado e comunidade receptora. Desprovido dessa premissa de planejamento turístico, corre-se o risco desse segmento turístico se descaracterizar e passar a outra forma de manifestação turística que tenha o espaço rural apenas como suporte.

Finalmente, defende-se o rompimento com o paradigma que igualiza a cultura camponesa ao “tradicional”, “passivo” e “oposto à mudança”, Pongratz (1990) propõe pensar a integração da *farming culture* à sociedade industrial moderna sem que isto resulte num processo simples de aculturação. Em suma, a manutenção de tradições culturais (as quais designa de camponesas) não seria incompatível com a modernização da sociedade que deve ser encarada apenas como uma nova fase, com novos objetivos, que pode incluir o que anteriormente era tido como “tradicional” e “atrasado”.



Conclusão

Pretendeu-se, neste artigo, contribuir para a discussão do fenômeno turístico enquanto prática social e econômica no ambiente rural, bem como explorar em que medida e sob que aspectos o discurso do turismo rural (e seus afins) pode, de fato, contribuir para o desenvolvimento territorial, rural e regional.

Para tanto, partimos do entendimento de que o processo de industrialização e urbanização moderno aproximou o rural e o urbano, e suscita debates acerca da viabilidade do rural e da dualidade urbano-rural. A noção de “rural”, assim, não corresponde mais a realidades culturais e econômicas indistintas. Além disso, os efeitos e as reações a tais mudanças não são uniformes, sendo assim não se pode falar de ruralidade em geral.

E é justamente esse ritmo industrial impresso sobre as cidades que irá realçar um sistema de valores, em que o espaço natural e seu modo de vida característico readquirem importância social. Sob inúmeras modalidades, o turismo apresenta-se no espaço rural sob formas imprecisas, parciais ou subcompreendidas diante da complexidade do ambiente rural contemporâneo.

Em suma, conclui-se, apontando limitações do atual discurso sobre turismo no espaço rural e sugere-se uma contextualização mais efetiva, tanto do “turismo” quanto do “rural”, capaz de fornecer uma especificação concreta para as possibilidades de contribuição mútua entre ambos, visando o desenvolvimento.

Como desafios menciona-se a gestão da atividade turística em meio rural, que assumem enfoque predominantemente mercadológico; a tendência à substituição da unidade de produção agrícola pela atividade turística; e a dificuldade de formação de uma rede de valorização dos atributos regionais. Aponta-se, contudo, alternativas diante de tal quadro, como o entendimento e planejamento adequado das experiências de turismo rural; a vinculação das atividades turísticas a oferta de recursos do mundo rural; e o rompimento com a noção de incompatibilidade entre as tradições culturais e a modernização da sociedade.

Ainda, ousa-se apontar algumas condições necessárias para o turismo rural contribuir de fato para o espaço rural, como estar subordinado, ou circunscrito, a um aspecto de complementa-



ridade de atividade econômica, isto é, a não imposição ostensiva do turismo sobre as demais atividades tradicionais da região, obtendo-se desse modo contribuições positivas do turismo. Por outro lado, pode-se correr o risco de os empreendimentos rurais deixarem de ganhar incrementalmente, em termos econômicos.

Finalmente, o discurso turístico deve ser feito de maneira mais específica, e focada não querendo se mostrar como útil a tudo, mas efetiva para um conjunto de atividades num determinado contexto.

Referências

- Baudel Wanderley, Maria de Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.
- Bhaskar, R. (2008 [1993]). *Dialectic: the Pulse of Freedom*. New York (USA): Routledge/Taylor & Francis Group, 403.
- Bhaskar, R. R. (1998[1979]). *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. (3ª ed.) London/New York: Routledge.
- Calvente, M. C. M. H. (2004). *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos*. Londrina: Edições Humanidades.
- Candiotta, L. Z. P. & Corrêa, W. K. (2008). Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária*, 3(5), 214-242.
- Candiotta, L. Z. P. (2013). O Discurso da Viabilidade do Turismo Rural Na Agricultura Familiar: O Programa Nacional De Turismo Rural Na Agricultura Familiar (Pntraf) E O Papel Do Estado Do Paraná No Contexto. *Revista CULTUR*, ano 07, nº 02, Jun/2013. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em 02 jun 2015.



- Carneiro, M. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11.
- Chaves, M. P. & Pimentel, T. D. (2008). Análise da Percepção das Alterações Espaço-Socioculturais Advindas do Turismo em Catas Altas (MG) e suas Implicações para a Organização do Espaço Turístico. In *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (EnANGRAD)*, Curitiba/PR. Rio de Janeiro (RJ): ANGRAD, 1, 1-17.
- Chayanov A. (1990). *L'organisation de l'économie paysanne*. Paris: Librairie du Regard.
- Dumazedier, J. (2008). *Sociologia empírica do lazer*. (3ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Durston, J. (1998). Building Social Capital in Rural Communities (where it doesn't exist). *Meeting of Latin American Studies Association (LASA)*.
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande e Senzala*, 2, Recife: Imprensa Oficial.
- Gazolla, M. & Schneider, S. (2013). Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(1), 45-68. Retrieved June 03, 2015, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0103-20032013000100003.
- González, L. F. F., Arroyo, J. C. & Moreno, Y. M. (2015). Desarrollo de productos turísticos rurales sustentables. Propuesta y validación de expertos respecto a tres variables. *El Periplo Sustentable*, 28, 115-139.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*.



- Kay, C. (2007). Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*. (29), Quito, septiembre, 31-50.
- Kayser (1990). *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin.
- Locatel, C. (2004). Agricultura e ruralidade: uma abordagem. Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis. (Tese de doutorado) – UNESP-Campos de Presidente Prudente, São Paulo.
- Lousada, M. (2007). *Geografia do Turismo Rural no Estado de Minas Gerais: Ecos Contraditórios de um Segmento Turístico Dito em Expansão*. Mestrado em Geografia (Dissertação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Martins, J. S. (1978). As coisas no lugar: da ambigüidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec.
- Mendras, H. (1959). *Sociologie de la campagne française*. Coll. Que sais-je, Paris: PUF.
- Mendras, H. (1976). *Les sociétés paysannes. Éléments pour une théorie de la paysannerie*.
- Mendras, H. (1979). *La fin des paysans*. Marseille, Actes Sud. Paris, Armand Colin.
- Ministério do Turismo (2003, 2004). *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Monte-Mór, R. L. (2005). O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Texto para Discussão nº 281*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
- Monte-Mór, R. L. M. (2007). O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 111, 9-18.



- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In Moreira, R. J. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (15-41). Rio de Janeiro: DP&A.
- Ouriques, H. R. (2005). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas/SP: Editora Alínea, 69-90.
- Perico, R. E., & Ribeiro, M. P. (2005). *Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe*. Brasília, DF.
- Pimentel, M. P. C. & Pimentel, T. D. (2011). A Influência do Planejamento Municipal na Reorganização do Espaço Urbano e nas Atividades Socioeconômicas: o caso da localidade turística de Catas Altas/MG. *Gestão e sociedade (UFMG)*, 5, 5-27.
- Pimentel, T. D. & Brito, Mozar, J. (2011). Realismo Crítico nos Estudos Organizacionais: notas introdutórias sobre seus fundamentos filosóficos. In *Anais do XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro (RJ): ANPAD, 1, 1-17.
- Pimentel, T. D. & Carrieri, A. de P. (2011). A espacialidade na construção da identidade. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, 9, 1-21.
- Pimentel, T. D., Chaves, M. P., Machado, D. F. C. & Pereira, R. D. (2008a). Turismo de Negócios ou Viagens de Negócios: a representação social de empreendedores informais sobre o turismo de negócios na Feira-Hippie/MG. *Perspectivas Contemporâneas*, 3, 1-29.
- Pimentel, T. D., Chaves, M. P., Machado, D. F. C. & Pereira, R. D. (2008b). Turismo de Negócios ou Viagens de Negócio: um estudo de caso da visão de empreendedores informais sobre o turismo de negócios na Feira-Hippie de Belo Horizonte/MG. In *Anais do I Encontro Internacional sobre Gestão em Turismo (EIGTUR)*. Ouro Preto (MG): Núcleo de Pesquisas e Estudos Avançados em Turismo/UFOP, 1. 1-17.



- Pongratz, H. (1990). Cultural Tradition and a Social Change in Agriculture. *Sociologia Ruralis*, XXX-1.
- Ribeiro, D. (1979). *O dilema da América Latina*. (2ª ed.) Petrópolis: Vozes.
- Santos, E. O., Valentini, A.S., Scherer, L., Thomé-Ortiz, H. & Spindler, M.M. (2014). El papel del turismo en el espacio rural de São José dos Ausentes, BRASIL. *El Periplo Sustentable*, (27) 21-53.
- Santos, E. O., Vianna, S. L. V. & Gullo, M. C. R (2012). Evolución de la renta, empleo y sueldos en propiedades rurales que ofrecen Agroturismo y Turismo rural en la Mitad Sur de Rio Grande do Sul, Brasil (1997-2011). *El Periplo Sustentable*, (23), 27-47.
- Santos, Milton (1953). *Estudos sobre geografia*, Tipografia Manú, Salvador/BA.
- Sarraceno E. (1994). Recent trends in rural development and their conceptualisation. *Journal of Rural Studies*, 10 (4).
- Schneider, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Silva, L. & Leal, J. (2015). Rural tourism and national identity building in contemporary Europe: Evidence from Portugal. *Journal of Rural Studies*, 38, 109-119.
- Sorokin, P. A., Zimmerman, C. C., Galpin, C. J. (1981). Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In Martins, J. S. *Introdução crítica a sociologia rural* (198-224), São Paulo: Hucitec.
- Vandenberghe, F. (2010). *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 147-182.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15.



Xi, J., Wang, X., Kong, Q. & Zhang, N. (2015). Spatial morphology evolution of rural settlements induced by tourism: A comparative study of three villages in Yesanpo tourism area, China. *Journal of Geographical Sciences*, 25 (4), 497-511.

Zarga, E. G. (2001). Turismo Rural en Castilla y Leon. Analisis, Problemática y Perspectivas. In Congresso Brasileiro de Turismo Rural: turismo no espaço rural brasileiro, *Anais do FEALQ*, Piracicaba (SP).